

Cultura escrita e vida urbana: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877-1919)

Jorge Luiz Ferreira Lima

RESUMO:

Os gabinetes de leitura surgiram nas cidades e vilas da região norte do Ceará a partir da segunda metade do século, mas foi na segunda década do XX o momento em que alcançaram seu maior desenvolvimento. Este trabalho procura fazer um levantamento de suas trajetórias, identificando seus objetivos, as dificuldades enfrentadas e a maneira como foram recebidos pelas sociedades em questão. Procura ainda desvendar a modalidade de leitura proposta por estas instituições e o discurso construído em torno desta prática, a partir de sua constituição enquanto lugares do livro, discutindo sua inserção numa rede de comunicação construída em torno da circulação dos impressos pela região.

ABSTRACT: Cabinets reading emerged in the cities and towns of northern Ceará from the second half of the century, but it was in the second decade of the twentieth time they reached their greatest development. This paper attempts to survey their trajectories, identifying your goals, the difficulties faced and how they were received by the companies concerned. It also seeks to unravel the mode of reading proposed by these institutions and built around this practice, from its constitution as places of the book, discussing its place within a communication network built on makes the circulation of printed speech by region.

PALAVRAS-CHAVE: Leitura, Gabinete de Leitura, Rede de Comunicação, Região Norte do Ceará.

KEYWORDS: Reading, Reading Cabinet, Network Communications, Northern Region of Ceará.

Os gabinetes de leitura surgiram na Europa ainda no século XVII. O século XVIII trouxe uma acentuada proliferação destas instituições, especialmente na cidade de Paris. Os historiadores da leitura costumam apontar aquele século como um momento em que a difusão cultural através do livro viveu um momento muito importante, especialmente na medida em que tentam perceber o quanto esta difusão foi importante para a eclosão da Revolução Francesa.

Roger Chartier aponta os gabinetes de leitura surgidos na França do século XVIII como portadores de algumas vantagens para os livreiros e leitores. Entre estas vantagens, destaca a facilitação do acesso à leitura sob um baixo custo; para o livreiro, um gabinete de leitura funcionava como uma maneira de aumentar a renda, podendo enfrentar como maiores possibilidades de sucesso os concorrentes mais antigos e solidamente estabelecidos¹.

Robert Darnton afirma que na França do século XVIII a maioria dos gabinetes de leitura nascia da transformação de livrarias em bibliotecas, sendo exigido um incremento da estrutura física destes estabelecimentos². Em pleno século XVIII, na cidade de Paris, eram tantos os livreiros e tal a perseguição movida pela polícia do Antigo Regime que a maioria dos livreiros se viu em sérias dificuldades financeiras. Darnton assegura que a manutenção da viabilidade econômica de uma livraria era meta impossível sem a venda de livros considerados proibidos pelo Regime, ou seja, sem a inclusão de itens contrabandeados em seu estoque. Isto era arriscado e implicava em sérias dificuldades que levavam muitos livreiros à bancarrota³.

1

CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 205.

2

DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990 e DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

3

DARNTON, Robert. A filosofia por baixo do pano. In: DARNTON, Robert. *A revolução impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. Op. cit. p. 49-75. Este artigo foi publicado também em DARNTON, Robert. *Os Best-sellers proibidos da França Pré-Revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 19-37.

Os gabinetes de leitura surgem a partir da colocação de livros à disposição dos clientes das livrarias para leitura mediante pagamento de taxa mensal. Não era permitida a retirada do livro a não ser em caso de compra. O resultado foi a transformação destes espaços em locais de sociabilidade. A classe letrada descobriu ali uma ocasião para reunir-se e trocar impressões de leitura, comentar autores e obras, jornais e revistas. Atentos a este movimento, os proprietários de gabinetes de leitura passaram a incrementar ainda mais os acervos, alguns anunciando na imprensa as metas de aquisição de livros para cada ano.

Chartier assinalou a existência de um tipo de instituição que poderia ser considerado uma espécie de meio termo entre estes gabinetes nascidos como anexos de livrarias e os gabinetes autônomos que proliferaram no século XIX. São as “câmaras de leitura”, uma espécie de gabinete de leitura como número limitado de membros⁴.

O modelo seguido pelos gabinetes de leitura da região norte do Ceará não torna a oferta de leitura uma atividade de caráter comercial. Não são, portanto, estabelecimentos destinados a prover lucros. Não têm o caráter de empreendimentos destinados a promover a venda de livros nem nasceram a partir de livrarias.

Os gabinetes de leitura chegaram ao Ceará a partir da segunda metade do século XIX, notadamente após 1870. O primeiro foi fundado em Baturité, no dia 14 de novembro de 1875⁵. Em seguida, veio o Gabinete Cearense de Leitura, fundado em Fortaleza no dia 2 de dezembro de 1875, o qual, de acordo com José Ramos Tinhorão, foi fundado com o propósito de reagir às ideias perigosas difundidas pela Academia Francesa⁶.

4

CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. Op. Cit. p. 206.

5

BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. (ed. fac-similar). Fortaleza: Edições Instituto do Ceará/Imprensa Oficial do Ceará, 1987, p.109.

6

TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 40.

O próximo gabinete de leitura a ser fundado no Ceará foi o de Sobral. O jornal *O Sobralense*, em edição do dia 18 de fevereiro de 1877, trouxe a seguinte notícia: “Terá logar hoje a instalação do Gabinete Sobralense de Leitura nesta cidade; é de esperar que esta útil instituição encontre nos Sobralenses o apoio que merece”⁷. Dos demais sujeitos envolvidos em sua formação, identificamos apenas Zacarias Thomaz da Costa Gondim, músico e professor formado pelo Lyceu do Ceará. Esteve entre os fundadores do jornal *Sobralense* e atuou como rábula, ocupando, inclusive, a Promotoria de Justiça de Sobral. A ele coube proferir o discurso de inauguração do Gabinete de Leitura Sobralense. Mais tarde, proferiu outro discurso ali, desta vez falando a respeito da abolição⁸.

Apontado como o principal responsável pela fundação do Gabinete de Leitura de Sobral, José Júlio de Albuquerque Barros deixou aquela cidade em 1864, depois de ocupar o cargo de promotor e tesoureiro da Casa de Caridade, fundada em Sobral pelo Padre Antônio Ibiapina⁹. Surge, então, a pergunta: se José Julio de Albuquerque Barros deixou Sobral em 1864, como poderia ter fundado ali o Gabinete em 1877? Teria feito isto numa breve visita a sua terra de origem? Ou teria apenas sido o mentor da ideia, sugerindo aos homens de letras da cidade a fundação de tal instituição? Convém notar ainda que, feito Presidente da Província do Ceará, em seu relatório oficial não fez qualquer menção ou gabinete de leitura por ele próprio fundado em Sobral.

Uma característica de homens como José Júlio de Albuquerque Barros está justamente na sua circularidade. Para ocupar o lugar que ocupava, precisou abarcar um raio de circulação bastante amplo, envolvendo a capital do Ceará e vários outros centros urbanos onde se concentrava o poder econômico e político do país, além da hegemonia

7

GABINETE DE LEITURA. *Sobralense*, Sobral, 18 fev 1877. Noticiário, p. 1. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M98.

8

FROTA, D. José Tupinambá. *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974, p. 414.

9

FROTA, Op. cit. p. 263.

em termos de constituição de um modelo de intelectual brasileiro, modelo este que também estava em franco processo de constituição.

Recife, cidade que lutava para manter sua hegemonia sobre a Região Norte/Nordeste, continuava a atrair os estudantes de Direito oriundos de várias províncias, dentre elas o Ceará. Estes estudantes eram filhos dos coronéis proprietários rurais do sertão, criadores de gado e produtores voltados para a exportação. A partir de 1903, com a criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará, a Faculdade de Direito do Recife passaria a receber menos alunos cearenses, uma vez que o envio do estudante a Fortaleza era economicamente mais viável do que o envio ao Recife.

Fortaleza, na condição de capital da província, estava em franco processo de consolidação enquanto polo hegemônico a nível provincial primeiramente no âmbito político e, em seguida, no âmbito econômico com a predominância de seu porto sobre os demais da província. Por exercerem cargos ligados à política, os intelectuais oriundos da Região Norte do Ceará migravam, sejam temporariamente, seja permanentemente, para Fortaleza. O Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, por exemplo, não parece ter voltado a Sobral após assumir o Governo da Província, pois, daí por diante, os cargos que ocupou o levaram sempre para mais distante da cidade de Sobral.

Nas primeiras décadas do século XX, a circularidade intelectual entre Sobral e outros centros urbanos mais desenvolvidos se consolida cada vez mais. Domingos Olímpio já havia deixado Sobral e estabelecera-se no Rio de Janeiro¹⁰. No entanto, da geração que iniciou sua atuação nas primeiras duas décadas do século XX, alguns houve que permaneceram, seja por opção, seja por força das circunstâncias, na própria cidade de Sobral.

Entre os vários intelectuais saídos de Sobral, temos o já citado Domingos Olímpio. Sua trajetória em muito se assemelha à do Dr. José Júlio de Albuquerque Barros. Também foi bacharel pela Faculdade do Recife. Migrou para o Rio de Janeiro, onde foi trabalhar como jornalista e acabou por publicar o romance “Luzia Homem”, cujo enredo gira em torno da construção de uma prisão em Sobral, por ocasião da seca de

10

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Gráfica Editora Melhoramentos: 1949, p. 5.

1877. A crítica literária considera esta obra como representante do naturalismo regionalista¹¹.

Constituiu-se a partir de Sobral um modelo de intelectual que parte em busca de reconhecimento nos centros culturalmente mais desenvolvidos.

O Gabinete de Leitura de Sobral, um dos antigos pontos de sociabilidade intelectual da cidade, naufragou por motivos quase que totalmente ignorados. O jornal *Nortista*, publicado em 13 de julho de 1913, ao se referir ao Gabinete Camocinense de Leitura, criado em 12 de janeiro daquele ano, expressa seu desejo de que o referido gabinete tenha uma vida “larga e brilhante”, contrapondo este ao destino “mesquinho” que cerrou as portas do Gabinete de Leitura Sobralense, cujo fim deveu-se, no dizer do jornal à “má vontade de meia dúzia de homens que mercantilizam a própria existência e, que, aparentemente são homens de representação social todavia, não passam de simples, elemento representativo sem nenhum valor integral”¹².

A existência do gabinete em Ipu é anterior ao ano de 1886. Antônio Bezerra de Meneses assinala a existência de um gabinete de leitura com trezentos volumes, isto em 1884, quando passou pela cidade¹³. A vida do Gabinete Ipuense de Leitura, no entanto, foi curta. Quem denuncia é o jornal *Correio do Norte*, fornecendo, inclusive, indícios acerca do motivo do rápido declínio de uma instituição que tinha tudo a seu favor para ter uma longa existência.

“[...] Em 1886 fundou-se aqui um Gabinete de Leitura, que chegou a possuir cerca de mil volumes de bons livros e manter uma aula nocturna, cuja matricula attingio a cento e tantos alumnos.

11

OLÍMPIO, Domingos. Op. Cit. p. 5-8.

12

Gabinete de Leitura Camociense. *Nortista*, Sobral, 13 jul 1913, p.1. Disponível para consulta na Biblioteca Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M114.

13

BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965, p. 220.

Alguem, perversamente, lembrou-se de introduzir a maldita política n'essa util associação e com isto fel-a extinguir-se. Outras instituições boas tiveram o mesmo resultado.”¹⁴

A “maldita política” aparece como a responsável pelo definhamento do Gabinete e de outras instituições. O fato de ter desaparecido o Gabinete é considerado lamentável principalmente por estar ele proporcionando a educação de mais de uma centena de alunos, fato que inegavelmente contribuiria para o melhoramento da cidade, tendo em vista ser a educação entendida como remédio para os males sociais do período e, mais ainda, tendo em vista a precariedade do ensino público no final do século XIX. A política aparece, na perspectiva do jornal, como inimiga do progresso da cidade. A paixão pelo poder infecciona a sociedade, desviando-a de seu caminho rumo ao desenvolvimento.

Eusébio de Sousa, em trabalho publicado na *Revista do Instituto do Ceará*, tomo XXIX, ano 1915, apresenta como causa do rápido declínio do Gabinete Ipuense de Leitura o pouco gosto dos sócios pela leitura e pelas palestras literárias. Ao contrário, prevalecia o gosto pelos bailes recreativos, os quais o autor considera “improdutivos”. No entanto, por vontade da maioria dos associados, o Gabinete teria abandonado seu caráter literário para se tornar uma sociedade dançante, o que teria acelerado, na visão de Eusébio, o seu desaparecimento¹⁵.

No segundo semestre de 1918, o deputado estadual Abílio Martins empreendeu certo esforço no sentido reorganizar o falecido Gabinete de Leitura. A sugestão, no entanto, partiu do Dr. Francisco das Chagas Pinto da Silveira, médico, delegado de higiene e colaborador do *Correio do Norte*, em sessão da Sociedade Grêmio Recreativo Ipuense. Chagas Pinto propôs a criação de um gabinete de leitura, o que foi aceito pelos demais sócios do Grêmio. Isto se deu em outubro de 1918¹⁶.

14

A NOSSA CIDADE. *Correio do Norte*, Ipu, 20 out 1921, p. 1.

15

SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, tomo XXIX, p. 224, 1915.

16

MARROCOS, Antonio. Gabinete de Leitura Ipuense. *Revista dos Municipios*, Fortaleza: Tipographia Minerva de Assis Bezerra, 1929, p. 41.

De acordo com Antônio Marrocos, Abílio esforçou-se grandemente no sentido de angariar livros para o acervo do Gabinete que se ia inaugurar a 1º de janeiro do ano seguinte. No entanto, o trabalho de catalogação do que restou do acervo do Gabinete de Leitura Ipuense revelou várias dedicatórias datadas de meses anteriores a outubro de 1918. O exemplar de “As aventuras de 3 russos”, de Júlio Verne, por exemplo, consta ter sido doado em 12 de abril de 1918. Outro exemplar, desta vez do livro “Norte contra sul (1ª parte)”, também de Júlio Verne, traz dedicatória assinada por José Carvalho de Aragão com data de 3 de janeiro de 1918.

A presença destes livros e suas citadas dedicatórias reforça nossa tese de que o Gabinete de Leitura Ipuense nunca teria, de fato, fechado suas portas. O que teria ocorrido por volta de 1889 foi uma mudança na natureza da associação encarregada de sua gerência. O acervo, ou parte dele, permaneceu reunido, acondicionado em um salão cedido pelo segundo vigário da Freguesia de São Sebastião do Ipu, padre Máximo Feitosa de Castro¹⁷.

O trabalho de Abílio, considerando os dados colhidos junto ao referido acervo, se concentrou junto aos seus colegas deputados conservadores. Detectamos dedicatórias assinadas por Manuel Satyro, Armando Monteiro, Leonel Chaves, H. Firmeza e outros, revelando o grau de articulação de Abílio junto aos políticos da Capital. Por ocasião da eleição para formação da primeira diretoria, Abílio foi eleito orador oficial da instituição. A dita diretoria foi composta por: Francisco das Chagas Pinto da Silveira (presidente), Manuel Bessa Guimarães (secretário), Joaquim de Oliveira Lima (tesoureiro), Edgard Corrêa (bibliotecário) e Abílio Martins (orador oficial)¹⁸.

Abílio constitui, pois, o tipo do intelectual com larga atuação política, ambicioso de manter a hegemonia de seu clã familiar sobre determinada porção de território no interior, notadamente sobre os moradores e agregados de suas fazendas. Esta hegemonia também se estende ao mundo intelectual, conquistando a admiração de seus pares a nível local. Seu nome tornou-se célebre pela facilidade com que compunha versos satíricos e

17

Id. *ibidem*.

18

Id. *Ibidem*.

pela elegância de suas crônicas publicadas nos jornais ipuenses da segunda década do século XX.

Os intelectuais que tomaram a frente do Gabinete de Leitura Ipuense eram homens cuja vida profissional e o social permitia que mantivessem uma ligação mais sólida com a cidade. É o caso de Thomaz Corrêa. Farmacêutico e proprietário rural, tendo construído certo cabedal cultural a custa de sua prática de leitura, não sentia necessidade nem sua ambição foi suficiente para fazê-lo desejar migrar para a capital. No Ipu, dirigiu jornais, publicou versos em periódicos do sul do país e destacou-se como farmacêutico, ganhando a consideração da população.

Thomaz Corrêa vinha daquela geração de nascidos pouco depois dos meados do século XIX. Foi ele o principal fundador do Gabinete Ipuense de Leitura em 1886. A segunda década do século XX o encontra já com mais de cinquenta anos em meio a um grupo de intelectuais mais jovens. Era já um veterano em meio a uma nova geração cujos objetivos compreendiam um raio de ação bem mais amplo. Definitivamente, a cidade não estava mais na era dos pequenos jornais manuscritos. O Gabinete de Leitura tornara-se ainda mais oco, constituindo quase uma excentricidade assiduamente frequentada por ele e uns poucos. Apesar do esforço empreendido e do brilhantismo do primeiro aniversário, o Gabinete de Leitura Ipuense entrou numa espécie de ostracismo.

O Gabinete de Leitura Ipuense esteve a braços com seu esvaziamento ao ter de enfrentar, desde o seu nascimento, uma nova realidade cultural na cidade, quando os intelectuais locais portadores de cabedal mais promissor passaram a almejar a conquista de posições vantajosas na capital. Aos poucos, a instituição foi se tornando flagrantemente anacrônica e sua existência passou a ser acompanhada de um discurso lamentoso.

Por ocasião do primeiro aniversário do Gabinete de Leitura Ipuense, em 1º de janeiro de 1920, Francisco das Chagas Pinto apresentou em seu discurso as obras realizadas durante o seu mandato como presidente do Gabinete. Mandou derrubar a parede que separava as duas salas que ocupava, transformando-as em uma só para melhor acomodar os livros e demais móveis da associação; fez assinaturas do *Jornal do Commercio*, do *Correio da Manhã*, do *Estado de São Paulo* e das revistas *Fon Fon* e *Eu sei tudo*. Anunciou ainda a meta de criar um curso noturno para proporcionar o ensino de

primeiras letras às crianças pobres¹⁹. Aproveitou aquela ocasião para anunciar a concessão de uma subvenção a ser paga pela Prefeitura Municipal de Ipu no valor de 240\$000 (duzentos e quarenta mil réis). Uma subvenção mais vultosa seria paga pelo governo do estado, no valor de 1:200\$000 (um conto e duzentos mil réis)²⁰.

Em 1929, o Gabinete de Leitura Ipuense mantinha-se ativo, com mais de seiscentos livros em seu acervo, instalado em uma confortável sala do Palacete Iracema, prédio construído para servir de sede às instituições voltadas para a defesa dos interesses da elite econômica e cultural da cidade, como a Associação Comercial²¹. A diretoria era agora composta por: Francisco das Chagas Pinto da Silveira (presidente), Dario Catunda (secretário), Joaquim de Oliveira Lima (tesoureiro), Abdoral Timbó (bibliotecário) e Antônio Marrocos de Araújo (orador oficial)²².

O Gabinete de Leitura Camocinense, por sua vez, foi fundado no dia 12 de janeiro de 1913. Seis meses depois, o jornal sobralense *Nortista* anuncia ter recebido um exemplar dos estatutos daquela associação e apresenta a diretoria: Júlio Cícero Monteiro (presidente), J. J. d'Oliveira Praxedes (vice-presidente), Arthur Barboza (1º secretário), Polycarpo Souza (2º secretário), Pedro Morel (orador oficial), Severiano José de Carvalho (tesoureiro) e Francisco Menescal Carneiro (bibliotecário)²³.

Esta diretoria estava à frente de sessenta e sete sócios.

Percebendo a insuficiência do valor arrecado junto aos sócios, Júlio Cícero Monteiro buscou ajuda junto ao Governo do Estado, o qual, por meio do Decreto n. 115, de 8 de abril de 1918, publicado no jornal *Gazeta Oficial*, determinou a abertura de

19

O “Gabinete de Leitura Ipuense” festejou o seu 1º aniversário. *Correio do Norte*. Ipu, 08 jan. 1920, p. 1.

20

Id. ibidem. O nome do responsável pela inclusão da subvenção ao Gabinete de Leitura Ipuense no Orçamento Estadual encontra-se ilegível.

21

MARROCOS, Antonio. Op. cit. p. 42 e *Revista dos Municípios*. Op. cit. p. 45.

22

MARROCOS, Antonio. Op. cit. p. 43.

23

Gabinete de Leitura Camocinense. *O Nortista*, idem.

crédito especial para o pagamento da subvenção anual ao Gabinete Camocinense de Leitura²⁴. O Governo justificava tal concessão de recursos públicos em prol de uma entidade particular ancorado na certeza de que um gabinete de leitura, apesar de ser uma instituição formada por particulares, desempenhava um papel relevante em termos sociais ao criar seus cursos noturnos. Os gabinetes que conseguiam criar e manter tais cursos eram alvo de elogios pelo fato de estarem suprindo as deficiências da própria Instrução Pública, de reconhecida deficiência àquela altura. Economicamente, se torna vantajoso para o Estado contribuir com um gabinete de leitura que mantenha um curso noturno. O custeio do ensino público propriamente dito se tornava mais oneroso do que a ajuda concedida aos gabinetes.

Um detalhe não nos pode escapar. O decreto legislativo que autorizou o Estado a conceder a dita subvenção ao Gabinete Camocinense de Leitura veio datado de 3 de novembro de 1917. Júlio Cícero Monteiro, informado da criação deste instrumento legal em prol do Gabinete que presidia, notando alguma demora da parte do Governo na efetivação daquilo que o decreto determinava, tomou iniciativa de cobrar o referido recurso.

Ainda no *Gazeta Oficial*, colhemos o registro do deferimento de uma petição encaminhada pelo presidente do Gabinete Camocinense de Leitura em que o mesmo solicitava a execução da Lei 1.503, visto que o Governo do Estado ainda não tinha procedido à abertura do crédito necessário à liberação do almejado recurso.

Lê-se no *Gazeta Oficial* de 16 de maio de 1918 o seguinte:

“Additamento ao expediente do dia 5 de Abril de 1918:

[...]

Despacho e petições:

[...]

De Julio Cicero Monteiro presidente do Gabinete Camocinense de Leitura, solicitando a execução da lei n. 1503, de 3 de Novembro de 1917, que concede áquelle Gabinete uma subvenção annual de 1:200\$000.

24

Decreto n. 115, de 8 de Abril de 1918. *Gazeta Oficial*. Fortaleza, 13 abr. 1918, Actos do Poder Executivo, p. 1

- Aberto o necessário credito, providencie-se quanto ao pagamento pela Mesa de Rendas de Camocim.”²⁵

O despacho condiciona o pagamento à abertura do crédito. Mas Júlio Cícero Monteiro foi atendido, como demonstra o já citado Decreto 115, de 8 de abril de 1918, através do qual o Governo autorizou a abertura do dito crédito. O percurso pelos trâmites burocráticos era longo. Da aprovação da concessão pela Assembleia Legislativa, passava à abertura do crédito pelo Governo e, por último, à autorização do efetivo pagamento ao presidente da associação. Este pagamento deveria ser feito pela Mesa de Rendas Estaduais em Camocim, após a autorização ao coletor local por meio de telegrama. Tal telegrama deveria ser encaminhado ao coletor pelo Secretário da Fazenda. Para isso, a Presidência do Estado precisaria telegrafá-lo ordenando a necessária autorização do pagamento e o encaminhamento de mensagem ao subordinado em Camocim.

O *Gazeta Oficial* publica a mensagem telegráfica do Presidente ao Secretário da Fazenda onde este recebe a ordem de autorizar o pagamento da subvenção ao Gabinete Camocinense de Leitura via Mesa de Rendas de Camocim. Vejamos a mensagem:

“Aditamento ao expediente do dia 10 de Abril de 1918:

[...]

Officio expedido:

[...]

Sr. Secretario da Fazenda,

Recommendo-vos seja autorizada, por telegramma, a Mesa de Rendas de Camocim a entregar ao sr. Julio Cicero Monteiro a subvenção annual de um conto e dusetos mil reis, concedida pelo Estado ao Gabinete Camocinense de Leitura. Esta subvenção deve ser paga por quotas mensaes, depois de satisfeitas as exigências do decreto legislativo n. 1053, de 3 de Novembro de 1917, devendo a respectiva despesa ser occorrida pelo credito aberto pelo Decreto n . 115, de 8 de Abril corrente. – Saudações.”²⁶

O dinheiro extra chegaria por meio de quotas mensais, provavelmente de 100\$000 (cem mil réis) cada. O pagamento deveria ser feito “depois de satisfeitas as exigências do decreto legislativo n. 1053”, ou seja, depois de fiscalizado o Gabinete de

25

Gazeta Oficial. Fortaleza, 16 mai 1918, Actos do Poder Executivo, p. 1.

26

Id. ibidem.

Leitura. Em suma, não se conseguia uma subvenção para um gabinete tão facilmente, a julgar pelo caso de Camocim.

Em correspondência ao *Correio do Norte* publicada no dia 26 de fevereiro de 1920, informa que o Gabinete Camocinense de Leitura havia sido instalado num sobrado à Rua da Estação, mesmo prédio onde funcionava a Associação Commercial de Camocim e o Curso Noturno Barão de Studart²⁷.

O *Camocim Jornal* surgiu em Camocim no dia 1º de maio de 1921. Naquele primeiro número, o jornal – que tinha o filho de Júlio Cícero Monteiro, Edgard Monteiro, como secretário – afirma que o Gabinete de Leitura “possúe actualmente um patrimônio de 1.040 volumes, encadernados e em brochura.”²⁸ O texto continua informando que F. Menescau, eleito bibliotecário em 1913, agora ocupa a presidência. Informa ainda a respeito das medidas que estavam sendo tomadas em relação ao risco de extravio dos volumes, uma vez verificado o hábito de alguns “espertalhões” de tomarem os livros de empréstimos e os levarem para casa não mais os devolvendo. As medidas no sentido de coibir o extravio dos volumes baseava-se no Art. 23 dos Estatutos, cuja transcrição pelo jornal diz o seguinte: “Não é permitido a pessoa alguma retirar livros do Gabinete para lê-los em casa”²⁹.

O Gabinete de Leitura Granjense faz parte do grupo daqueles que, à semelhança de Ipu e Sobral, foram fundados ainda no século XIX. Sabemos através do jornal *Granjense* que a diretoria do Gabinete de Leitura eleita para o ano de 1881, foi formada por: Zeferino Gil Peres da Motta (presidente), Antonio Frederico de Carvalho Motta (vice-presidente), Sergio Porfirio da Motta (orador oficial), Francisco Garcez dos Santos (secretário), Francisco Napoleão (tesoureiro), Antonio Luiz de Gouveia (procurador).

27

DE CAMOCIM. *Correio do Norte*. Ipu, 26 fev 1920, p. 2.

28

O Gabinete de Leitura possúe 1.040 volumes!. *Camocim Jornal*. Camocim, 1 mai. 1921, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M67.

29

Libertadora Granjense. *Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, Notícias, p. 2. Disponível para consulta na Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (Fortaleza/CE), Setor de Periódicos, Consulta de Microfilmes, rolo M151..

O jornal segue informando que a diretoria mandara publicar agradecimento à redação do jornal *O Cearense*, o qual foi o único que atendeu ao pedido de envio de exemplares. Sabemos que uma das metas dos gabinetes de leitura era oferecer aos seus sócios o acesso a jornais e periódicos. Neste sentido, o Gabinete de Leitura Granjense estava mal servido, tendo em vista a não colaboração das redações dos jornais.

A evidência de que o Gabinete de Leitura mantinha seu curso noturno em Granja surge a partir da notícia de uma doação no valor de 10\$000 (dez mil réis) feita por Antonio Martins, um “moço pobre”, mas “amante da civilização, do progresso de seu paiz...”³⁰

A próxima referência que temos do Gabinete de Leitura Granjense surge no jornal sobralense *A Ordem*, edição de 26 de setembro de 1919. Ali, consta que o deputado estadual Luiz Felipe d’Oliveira, natural de Granja, havia aprovado a concessão de uma subvenção anual ao Gabinete no valor de 100\$000 (cem mil réis)³¹. Cremos, no entanto, que instituição chamada pelo jornal *A Ordem* de “gabinete de leitura” era, na verdade, a Biblioteca Municipal, fundada em Granja por Abner Vasconcelos – filho de Antonio Augusto de Vasconcelos, o fundador do Gabinete de Leitura Granjense – e Luiz Felipe d’Oliveira³².

Referindo-se ao Gabinete de Leitura Granjense e à Biblioteca Pública, José Xavier Filho assim se expressa:

“É muito interessante saber que esse ‘Gabinete de Leitura’, com sua biblioteca, desapareceu, certamente, no começo do século XX. No entanto, graças à insistência do filho de Antonio Augusto Vasconcelos – seu criador – o Dr. Abner Carneiro Leão de Vasconcelos, Juiz da Comarca, uma nova ‘Bibliotheca Municipal’ foi criada no início de 1917. Assinaram o comunicado de criação diversas personalidades como: o próprio Abner Vasconcelos, Vicente Arruda, Luiz Felipe de Oliveira, Ignácio Xavier, Padre Vicente Martins, Ignácio Fortuna, Antonio Gouveia, Raymundo Oliveira, Antonio Ferreira Porto.”³³

30

Donativo. *O Granjense*. Granja, 27 fev. 1881, op. Cit.

31

A Ordem. Sobral, 26 set. 1919, Telegrammas, p. 4.

32

XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008, p. 64.

33

Id. *Ibidem*.

A hipótese de ter sido o acervo do Gabinete de Leitura Granjense vítima da pouca honestidade de seus frequentadores ganha uma confirmação no jornal *Granjense*, onde se lê a seguinte nota:

“ALERTA

(5ª chamada)

Já se está cansando de anunciar:

As pessoas que tiverem livros do Gabinete queiram entregá-los para se carimbar.

Faltão as seguintes obras: - Amigo Intimo, Iracema, Ubirajara, ????ra da escravidão,

Diva, Lucto, O piano de Clara, o 1º vol. da Mulher Adultera e muitas outras.

Depois será franqueada a leitura.

Setembro 24.

O Bibliothecario

- Raymundo Furtado.”³⁴

No ano de 1916, a pequena elite intelectual de Viçosa contava com o reforço de um jovem sergipano vindo para a cidade por motivos profissionais. Em sua casa, no dia 13 de fevereiro daquele ano, alguns jovens empolgaram-se diante da ideia de criar uma sociedade do tipo gabinete de leitura, como já havia em Camocim e Granja. Ficou decidido que ali se fundaria o Gabinete Viçosense de Leitura e uma diretoria provisória foi eleita. O nome do anfitrião daqueles jovens intelectuais era Camerino Telles³⁵.

O Gabinete de Leitura Viçosense, contrariamente aos prognósticos negativos que foram inicialmente emitidos ao seu respeito, conseguiu consolidar-se graças aos vários sócios que a ele acorreram. Quatro meses apenas havia se passado desde aquela reunião na casa de Camerino Telles, e aquela nova sociedade já conseguiu inaugurar o Curso Noturno Valdevino Elias de Alencar³⁶.

34

ALERTA. *Granjense*. Granja, 25 set. 1881, p. 4.

35

13 DE FEVEREIRO. *Polyanthéa*. Viçosa, 13 fev. 1918, p. 2. Arquivo particular de D. Terezinha Mapurunga.

36

BARROS, Luiz Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980, p. 246.

Camerino Telles, tido como o mais empolgado com a ideia de fundar o Gabinete, foi eleito vice-presidente por ocasião da formação da primeira diretoria. A presidência recaiu sobre os ombros do Dr. Joaquim Alerano Bandeira de Barros, juiz da comarca. Completaram a primeira diretoria: Aldalberto Brigido Maia (1º secretário), José Joaquim de Carvalho Filho (2º secretário), Dr. Manuel Simplício de Paiva (orador aclamado), Dr. Djalma Ribeiro Soares (vice-orador), João Porphirio Magalhães (tesoureiro), Deocleciano Fontenelle Pacheco (bibliotecário)³⁷.

Camerino Telles, tido como um dos mais fervorosos angariadores de sócios para o Gabinete, logo teve de partir para Fortaleza motivado por “interesses de ordem superior”³⁸. Os estatutos foram aprovados em assembleia ordinária realizada no dia 2 de novembro de 1916. A biblioteca foi inaugurada no dia 4 de outubro de 1917, ou seja, mais de um ano após a fundação. O Curso Noturno também já havia sido fundado, antes mesmo da própria elaboração e aprovação dos estatutos³⁹.

Definitivamente, o Curso Noturno, pelo menos nos dois primeiros anos de vida do Gabinete Viçosense de Leitura – este é o período que as fontes permitem acompanhar mais de perto – ocupou o centro das atenções da associação. Havia também as sessões ordinárias, mas destas pouco resta na memória constituída em torno daquela instituição.

Curiosamente, o próprio Curso Noturno não constou nos objetivos declarados da associação. Eles constavam de: realizar sessões nas datas históricas, fundar uma biblioteca e promover bailes dançantes. No entanto, o maior sucesso foi alcançado pelo Curso, se tornando este uma espécie de cartão de apresentação daquela sociedade de intelectuais⁴⁰.

37

Id. Ibidem.

38

Camerino Telles. *Polyanthea*, op. cit. p. 3.

39

BARROS, Luiz Teixeira. Op. cit. p. 247.

40

Id. Ibidem p. 246.

Em 1918, foi eleito presidente do Gabinete o padre José Carneiro da Cunha, vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Viçosa⁴¹. Tido como homem culto e inteligente, o padre Carneiro trabalhou para construir a sede definitiva do Gabinete, o que foi conseguido com a ajuda do Major Felizardo de Pinho Pessoa, o qual teria doado o terreno, atrás da igreja matriz⁴².

Mas o padre Carneiro não se ocupava apenas de funções pastorais e intelectuais. Envolvido na política, foi nomeado, em 1919, prefeito da cidade pelo então presidente João Thomé de Saboya e Silva⁴³. Os chefes do Partido Republicano Conservador em Viçosa reagiram às atitudes do padre, acusando-o de autoritarismo, violência e apropriação de imóveis da prefeitura e da própria Freguesia.

Diferentemente do que se verificava na Europa, onde os gabinetes de leitura resultavam de empreendimentos levados a efeito por livreiros, na região norte do Ceará, conforme atestam os casos estudados, os gabinetes de leitura eram fruto da ação de homens desejosos de construir hegemonias no campo político e cultural. Os gabinetes da região norte do Ceará representam ações sobre o meio social. O desejo de criar cursos noturnos de alfabetização denuncia o desejo de promover mudanças no sentido de impor valores ligados ao que era tido à época como “civilizado”.

Conclusão

Na região norte do Ceará, a política entra nos gabinetes e os infecciona, tal como constatamos no caso do primeiro gabinete de leitura organizado em Ipu. Sem a concorrência do poder estabelecido, os gabinetes pareciam não ter perspectiva de maior duração, daí a busca pelas subvenções junto ao Governo.

Tudo leva a crer que os fundadores dos gabinetes de leitura da região norte do Ceará, ao promoverem a fundação destas instituições, não tinham em mente o modelo

41

Nova Directoria. *Polyanthea*, op. cit. p. 1.

42

Entrevista concedida por Felizardo Pinho Pessoa, farmacêutico aposentado, ex-presidente do Gabinete Viçosense de Leitura e ex-prefeito de Viçosa, no dia 29 de outubro de 2005, em Viçosa do Ceará.

43

Habeas Corpus a favor do Prefeito de Viçosa. *A Ordem*. Sobral, 6 jun. 1919, p. 1.

francês, baseado na pura sala de leitura e biblioteca. Queriam, por outro lado, usando da cultura letrada como um trampolim para a construção de hegemonias, se utilizar dos gabinetes de leitura e seus cursos noturnos como uma forma de construir reforços ao seu status, assumindo a função de beneméritos prestadores de serviços à sociedade, ao prover-lhes gratuitamente a instrução.

Os gabinetes de leitura da região norte do Ceará não podem ser compreendidos em sua trajetória histórica e em seu significado social se não for tomada em consideração a trajetória de seus membros e sua circularidade pelas esferas de poder e sua inserção nas lutas pela construção de hegemonias para determinados grupos.

Não figuram, portanto, como instituições vinculadas apenas ao campo letrado. A organização dos gabinetes obedece a estratégias de consolidação de posições de poder.

Bibliografia:

- ARAÚJO, Antônio Marrocos de. Gabinete de Leitura Ipuense. In: *Revista dos Municípios*. Fortaleza: Tipographia Minerva de Assis Bezerra, 1929
- BARREIRA, Dolor. *História da literatura cearense*. (ed. fac-similar). Fortaleza: Edições Instituto do Ceará/Imprensa Oficial do Ceará, 1987.
- BARROS, Luiz Teixeira. *História de Viçosa do Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.
- BEZERRA, Antônio. *Notas de viagem*. 3 ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1965.
- CHARTIER, Roger. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. *Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- FROTA, D. José Tupinambá. *História de Sobral*. 2 ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1974.
- OLÍMPIO, Domingos. *Luzia-Homem*. São Paulo: Gráfica Editora Melhoramentos: 1949.
- SOUSA, Eusébio de. Um pouco de história: chronica do Ipu. *Revista do Instituto do*

Ceará. Fortaleza, tomo XXIX, p. 157-243, 1915.

TINHORÃO, José Ramos. *A Província e o naturalismo*. (ed. fac-similar). Fortaleza: NUDOC, UFC, Museu do Ceará, Arquivo Público do Estado do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006.

XAVIER FILHO, José. *Ignacio Xavier & Cia*. Granja: IJX, 2008.